



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

Mensagem nº 048/2021

Cordeirópolis, 30 de dezembro de 2021.

Senhor Presidente  
Senhoras Vereadoras;  
Senhores Vereadores.

Fazemo-nos presente, com a devida *vênia*, junto a **Vossa Excelência**, e demais pares desta **Egrégia Edilidade**, a fim de encaminhar-lhe o incluso Projeto de Lei, cujo objetivo é submetê-lo à apreciação dessa singular **Casa Legislativa**, através de seus exponenciais Legisladores, o qual dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU, conforme específica e dá outras providências.

Tendo em vista a existência de Lei que trata da matéria referente à isenção de IPTU, a fim de facilitar o acesso, compreensão e alcance das normas necessárias o **Poder Executivo** esta enviando para apreciação e deliberação desta **Casa Legislativa** o Projeto de Lei que dispõe sobre a modernização legislativa indispensável à adequação às novas realidades sociais, bem como no intuito de possibilitar ao contribuinte uma melhor compreensão e sistematização das isenções e revogando a Lei Municipal nº. 1.353 de 05 de fevereiro de 1986

Ademais, com as crescentes demandas sociais, necessária a adaptação das isenções aos novos conceitos, desde que seja proprietário de um único imóvel, do qual façam moradia.

Daí a necessidade indeclinável da presente propositura.

Por tudo o exposto, depois de acurada análise por parte desse magnânimo **Poder Legislativo**, em face da importância da matéria aqui tratada, solicitamos de todos os insígnies legisladores municipais, através do elevado espírito público que cada um é dotado, que seja o presente lido, discutido e, finalmente, aprovado para gáudio de toda comunidade cordeiopense.

Enunciados, assim, os motivos determinantes de nossa iniciativa, que se reveste de inegável interesse público, solicito que a sua apreciação se de em regime de urgência, na forma regimental desta Casa de Leis.

continua



Mensagem nº 047/2021

continuação

fls. 02

Certo de que **Vossa Excelência** e demais pares, desta **Egrégia Casa Legislativa**, saberão aquilatar a importância do Projeto em epígrafe, e nada mais havendo para o momento, aproveitamos a oportunidade para incrustar ao ensejo nossos sinceros protestos de consideração e distinguido apreço.

Atenciosamente,

**José Adinan Ortolan**  
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Ao  
Exmo Senhor  
Vereador **CARLOS APARECIDO BARBOSA**  
Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

Projeto de Lei nº *01 de 03 de junho de 2022*

**Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU, conforme especifica e dá outras providencias.**

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que apresentou a judiciosa apreciação da Colenda **Câmara de Veredores de Cordeirópolis** o seguinte Projeto de Lei.

**Art. 1º** - Fica o **Poder Executivo Municipal** autorizado a isentar do pagamento do **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano**, os contribuintes que atendam aos requisitos seguintes:

**§ 1º** - Sejam proprietários ou possuidores de um único imóvel e que nele residam.

**§ 2º** - Tenham renda bruta familiar não superior a um salário mínimo regional.

**§ 3º** - Sejam cadastrados no “**Cadastro Único**” da **Secretaria Municipal da Mulher e Desenvolvimento Social**.

**Art. 2º** - A isenção prevista no “**caput**” deste artigo será estendida ao cônjuge ou companheiro supérstite, observadas as condições estabelecida pela presente Lei.

**Art. 3º** - A isenção deverá ser requerida, anualmente, mediante requerimento protocolado na **Central de Atendimento ao Cidadão na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, até o final do mês de junho.

**Art. 4º** – Para todos os casos: o contribuinte devera apresentar a seguinte documentação.

I - Comprovante de endereço do imóvel objeto da isenção;

II - Declaração assinada pelo contribuinte, cujo modelo será fornecido pela Prefeitura, de que o interessado é proprietário de um único imóvel, indicando sua localização e assumindo expressamente as responsabilidades civil e criminais pela veracidade das informações.

III - Xerox do RG e CPF.

IV - Carne do **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU** em nome do Contribuinte.

continua





**V - Documentos que comprovem a qualidade de contribuinte, tudo de conformidade com o Cadastro Imobiliário Municipal.**

**Art. 5º** - São documento hábeis a comprovar a qualidade de contribuinte do **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano –IPTU**:

**I** – a matrícula do imóvel;

**II** – a escritura de propriedade do imóvel;

**III** – o contrato de compra e venda; de compromisso de compra e venda ou qualquer outro documento que comprove sua condição de contribuinte.

**Art. 6º** - Para concessão dos benefícios desta Lei, será necessário que o imóvel esteja com construção regularizada, possuindo **“habite-se”**.

**Art. 7º** - A isenção prevista nesta Lei não gera direito adquirido e poderá ser revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiário não satisfaz ou deixou de satisfazer as condições para obtenção da mesma, podendo lançar e cobrar o imposto atualizado monetariamente e acrescido dos encargos moratórios, na forma estabelecida na legislação tributária municipal.

**Art. 8º** - A obtenção do benefício de que trata esta Lei mediante declaração falsa ou com documentos que não reflitam a verdade, importará na nulidade da concessão, com a obrigação do sujeito passivo recolher todos os tributos com os acréscimos de juros, multa moratória e correção monetária, tudo em dobro, sem prejuízo das conseqüências previstas na legislação penal.

**Art. 9º** - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada, se necessário.

**Art. 10** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei naquilo que se fizer necessário.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especificamente a Lei Municipal nº 1.353 de 05 de fevereiro de 1986

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos      de dezembro de 2021, 123 do Distrito e 74 do Município.

  
**José Adinan Ortolan**  
**Prefeito Municipal de Cordeirópolis**